

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Direito à Educação Básica: a breve e urgente oportunidade de priorizar desde a Educação Infantil

Valdoir Pedro Wathier, Michele Lessa de Oliveira, Rita de Cassia de Freitas Coelho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16139>

Submetido em: 2026-05-14

Postado em: 2026-05-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Celio Cunha (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9212-4208>)

Direito à Educação Básica: a breve e urgente oportunidade de priorizar desde a Educação Infantil

Valdoir Pedro Wathier,
Universidade Católica de Brasília (UCB), <https://orcid.org/0000-0003-4651-0105>

Rita de Cassia de Freitas Coelho,
Ministério da Educação, <https://orcid.org/0000-0003-3939-1638>

Michele Lessa de Oliveira,
Ministério da Educação, <https://orcid.org/0000-0002-8347-7538>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as evidências existentes para informar a decisão de priorizar a Educação Básica adiante da mudança da distribuição etária da população brasileira. Para isso, foram elaborados e adotados o indicador de Esforço da População Ativa (EPA) e o indicador de Perspectiva Futura (PF), estudados em intervalos de 30 em 30 anos, para o período de 1965 a 2085, a partir de dados secundários e públicos. Constatou-se que um bebê nascido em 2025 terá que fazer, até os seus 60 anos, um esforço 60,6% maior do que o exigido de um adulto em 2025 para garantir direitos à população jovem e à população idosa. Além disso, o indicador de Perspectiva Futura será de apenas 17,6% do que era em 1965. Conclui-se que, em razão do *déficit* de dedicação à educação no passado e no presente, é imprescindível priorizar efetiva e intensamente o Direito à Educação de imediato e ao longo das próximas três décadas, para mitigar o risco de colapso econômico-social e evitar que os bebês e crianças de 2025 sejam duplamente penalizados: i) por terem seu direito educacional negligenciado; ii) por terem, quando adultos, que suportar o ônus de muito mais pessoas dependentes. Evidencia-se que, em poucas décadas, não será possível manter os níveis de investimento em educação, o que impõe a extrema urgência de que esse esforço seja feito de imediato, com especial foco na Educação Infantil.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Pirâmide-etária; Esforço da População Ativa (EPA); Perspectiva Futura (PF).

The Right to Basic Education: A Brief and Urgent Opportunity to Prioritize Early Childhood Education

Abstract

The purpose of this article is to discuss the existing evidence to inform decisions regarding the prioritization of basic education in light of changes in the age distribution of the Brazilian population. To this end, the Active Population Effort (APE) indicator and the Future Expectation (FE) indicator were developed and adopted, studied in 30-year intervals for the period from 1965 to 2085, based on

secondary and public data. It is estimated that a baby born in 2025 will have to make, by the age of 60, an effort 60.6% greater than that required of an adult in 2025 to guarantee the rights of the young and elderly populations. Furthermore, the Future Expectation indicator will be only 17.6% of what it was in 1965. It is concluded that, due to the lack of investment in education in the past and present, it is essential to effectively and intensively prioritize the Right to Education immediately and over the next three decades to mitigate the risk of economic and social collapse and prevent the babies and children of 2025 from being doubly penalized: i) for having their right to education neglected; ii) by having to bear, as adults, the burden of supporting many more dependents. It is evident that within a few decades it will no longer be possible to maintain current levels of investment in education, which makes it extremely urgent that this effort be undertaken immediately, with a special focus on early childhood education.

Keywords: Early Childhood Education, Age Pyramid, Active Population Effort (APE), Future Expectation (FE)

1. INTRODUÇÃO

Na Educação, muitas questões são controversas, mas muitas são consolidadas. Uma das mais consensuais é de que o tempo de escolarização contribui para gerar benefícios econômicos e sociais. Além disso, a escolaridade das famílias está fortemente associada ao aprendizado das crianças e dos jovens.

Na economia, também há muitas questões controversas e outras consolidadas. É reconhecida a necessidade de considerar a relação entre a população economicamente ativa e a população em idades típicas de dependência econômica, períodos os quais também demandam mais políticas públicas. Há métricas específicas dedicadas a isso, a exemplo da Razão de Dependência Demográfica (RDD), ou *Age Dependency Ratio* (ADR). Outro ponto consensual é de que a Educação é um fator-chave para o desenvolvimento econômico.

Embora se trate de saberes consolidados academicamente, quando são lançadas visões sobre políticas educacionais e sua relação com a economia, esses pontos são sistematicamente negligenciados, em favor da replicação de argumentos baseados mais em preconceitos do que em evidências. Esse intrigante fenômeno, de quem fala sobre evidências ignorando o que há de mais relevante em termos de conhecimento, reafirma a preocupação de Morin (2003) de que pensar reformas exige também reformar o pensamento.

Para isso, neste artigo, analisamos a pirâmide etária brasileira e o que ela nos ensina acerca das necessidades de decisões estruturantes para garantir o direito à educação de qualidade, o que inclui o pilar do financiamento público. Porém, ao invés de analisarmos apenas as tendências da população em idade

escolar, abordamos o desafio que esta mesma população terá para subsistir e viabilizar políticas públicas futuramente para as crianças, jovens e idosos nas próximas décadas – o que corresponde às pessoas que hoje estão economicamente ativas e em espaços de tomada de decisão, bem como aos seus netos e netas.

2. A PIRÂMIDE ETÁRIA BRASILEIRA DE 1965 A 2085

Adotamos metodologia argumentativa, não estatística. Por isso, trabalhamos com dados secundários e públicos. Focamos no reconhecimento de que as camadas dessa pirâmide não são números apenas, mas pessoas em momentos de vida e em posições sociais específicas, sendo essencial fazer a análise para além do aspecto quantitativo, interpretando a dinâmica social e endereçando as responsabilidades de acordo com os momentos de cada geração.

Entre as evidências já disponíveis, tem-se que a “dinâmica demográfica varia pouco no curto prazo, mas possui grandes impactos no longo prazo” (Alves, 2014). Em relação ao Brasil, sabe-se que “após 2030, o grupo dos idosos será maior que o grupo de crianças com até 14 anos e, em 2055, haverá mais idosos do que crianças e jovens com até 29 anos de idade” (Doll; Ramos; Buaes, 2015). Da literatura internacional, tem-se que a taxa social de retorno da educação varia de 7% a 10% ao ano: acima do retorno historicamente registrado sobre o patrimônio líquido (Heckman *et al.*, 2009). Investimentos em educação, mais especialmente na Educação Infantil, podem resultar em retornos expressivos, com evidências de que cada dólar aplicado em educação pode gerar cerca de 16 dólares de retorno (Schweinhart, 2005).

Outros estudos podem apresentar resultados com diferentes medidas, mas há ampla convergência quanto à direção das evidências: investimento em políticas educacionais consistentes trazem resultados positivos para a sociedade, inclusive quanto à economia. Os resultados são benéficos tanto em aspectos individuais quanto coletivos.

Porém, há uma aparente dificuldade na interpretação sistêmica desses resultados. Assim, passamos a analisar a pirâmide etária brasileira, discutindo os impactos sistêmicos, procurando colocar em diálogo essas evidências demográficas com as responsabilidades geracionais. Para isso, adotamos três faixas de análise:

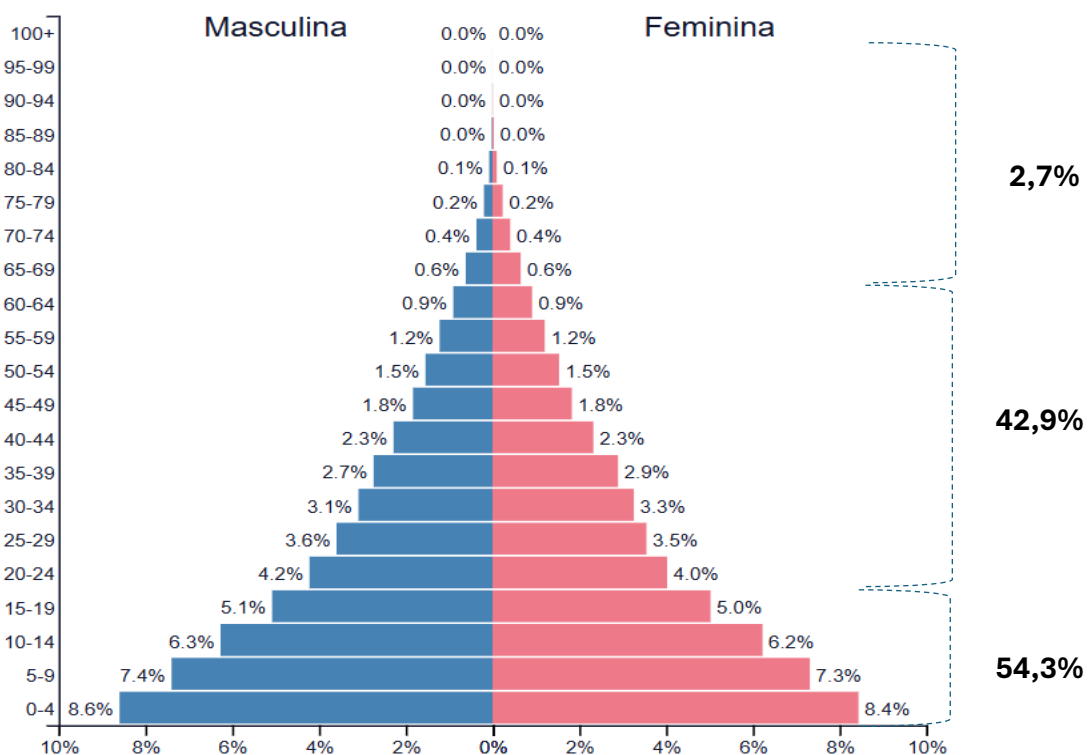
- i) de zero a 19 anos de idade, considerando que nesta faixa estão pessoas em formação, ou em trabalho de aprendizado profissional inicial;
- ii) de 20 a 64 anos, considerando que nesta faixa estão as pessoas em atividade laboral e de geração de renda;

- iii) 65 anos ou mais, considerando que nesta faixa estão pessoas em fase final de trabalho laboral ou já aposentadas, demandando políticas de atenção à terceira idade.

Ao considerarmos a faixa de 20 a 64 anos como idade laboral, estamos projetando 45 anos de contribuição previdenciária. Por isso, adotamos também 65 anos como idade de início de aposentadoria. Embora muitas pessoas estendam sua vida laboral para além dos 65 anos, o que é especialmente viável em trabalhos de menor desgaste físico, há também quem inicie sua vida laboral posteriormente aos 20 anos. Portanto, adotamos esses parâmetros, tendo em conta que não são absolutos, mas que representam, de forma eficaz, os grupos populacionais em relação ao seu papel predominante na sociedade brasileira.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição da população brasileira em 1965, quando ainda era possível visualizar uma forma com base alargada, que progressivamente se afinava. É por esse formato que convencionamos chamar a figura de pirâmide.

Gráfico 1: Distribuição etária da população brasileira em 1965

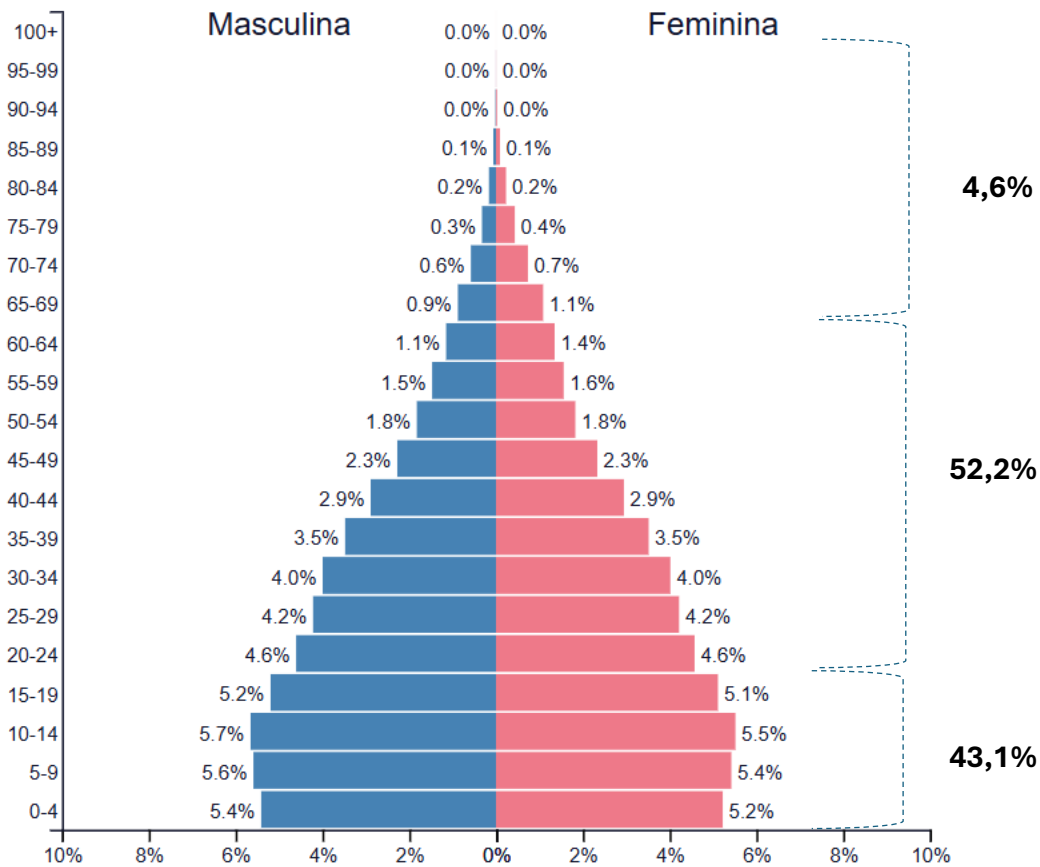


Fonte: <https://www.populationpyramid.net/pt/brasil/1965/>. Com adaptações pelos autores

Em 1965, mais da metade dos brasileiros (54,3%) tinha até 19 anos. Além disso, estavam entre 20 e 64 anos 42,9% da população do País. Acima de 65 anos, apenas 2,7% da população.

Avançando para 1995, a distribuição deixa de ter o formato triangular. O Gráfico 2 mostra essa nova distribuição:

Gráfico 2: Distribuição etária da população brasileira em 1995

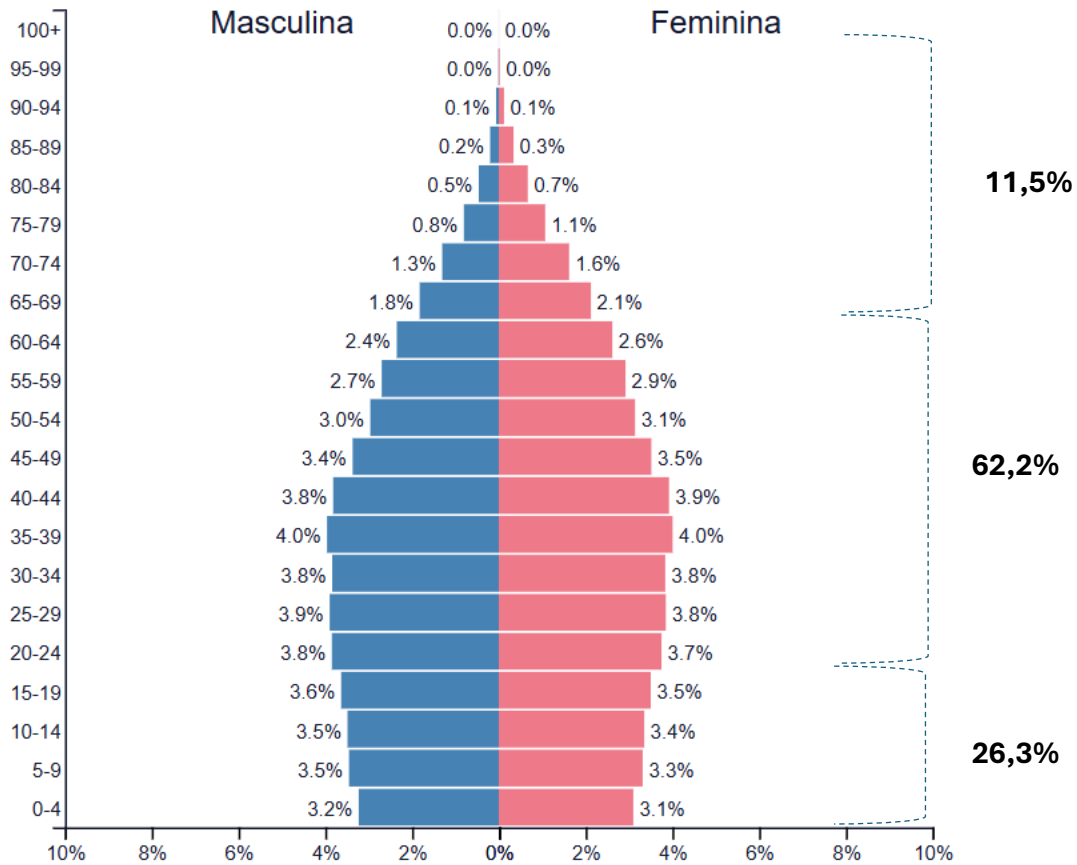


Fonte: <https://www.populationpyramid.net/pt/brasil/1995/>. Com adaptações pelos autores

Em 1995, eram 43,1% da população com até 19 anos. Entre 20 e 64 anos, 52,2%. Além disso, 4,6% superavam os 65 anos. Portanto, a maior parte da população já passava a estar em faixa etária intermediária, coincidente com a população economicamente ativa, momento em que se tornava mais facilitada a garantia do Direito à Educação às crianças e às jovens. Note-se que o Gráfico 2 evidencia que, em 1995, já era visível o início do processo de redução da parcela de crianças na primeira infância em relação ao restante da população.

Tal processo acentua-se e, em 2025, vivemos um desenho populacional próximo ao ápice do favorecimento para investimentos em educação, conforme Gráfico 3:

Gráfico 3: Distribuição etária da população brasileira em 2025

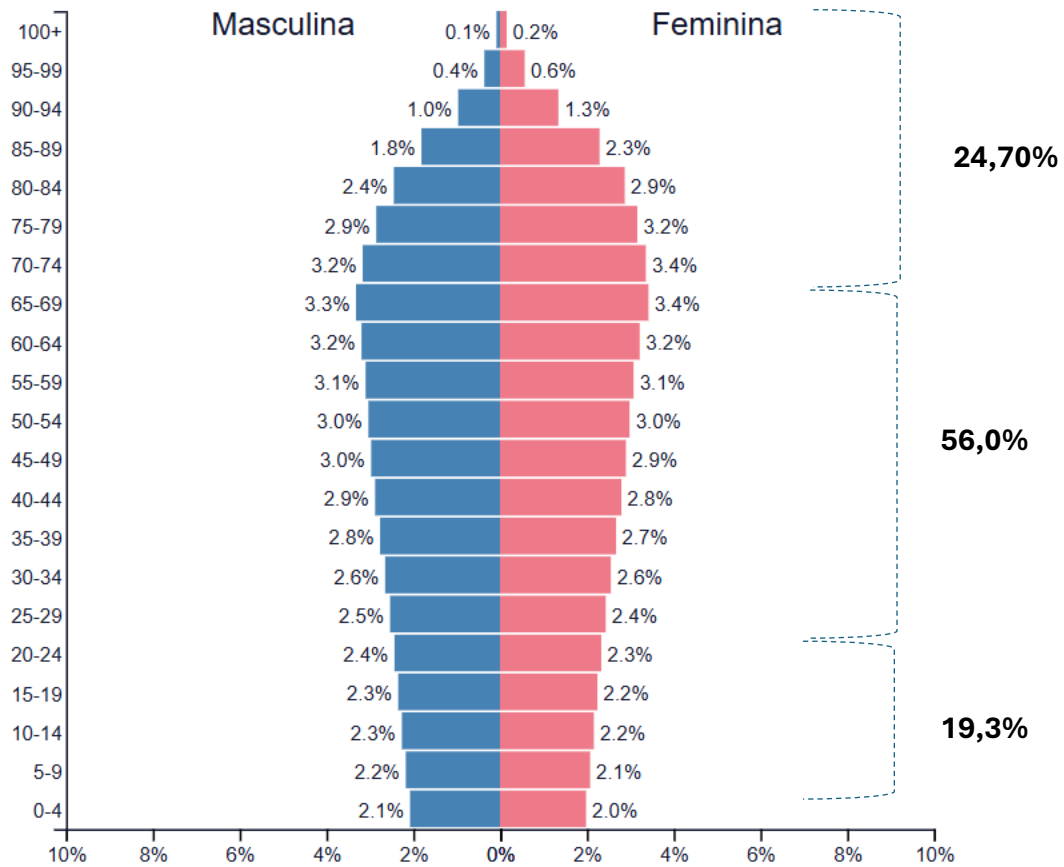


Fonte: <https://www.populationpyramid.net/pt/brasil/2025/>. Com adaptações pelos autores

Em 2025, tem-se apenas 26,30% da população com 19 anos ou menos. Na faixa entre 20 e 64 anos estão 62,2% da população, portanto, a grande maioria. Outros 11,5% têm mais de 65 anos, o que é mais do que o triplo do valor de 1965 e mais do que o dobro de 1995.

Nos três retratos, de 1965, 1995 e 2025, têm-se as evidências do percurso que nossa história demográfica vem traçando. Para os fins deste artigo, cabe-nos ainda analisar projeções para períodos futuros. Para isso, avancemos outros 30 anos, até 2055 (Gráfico 4):

Gráfico 4: Projeção da distribuição etária da população brasileira em 2055

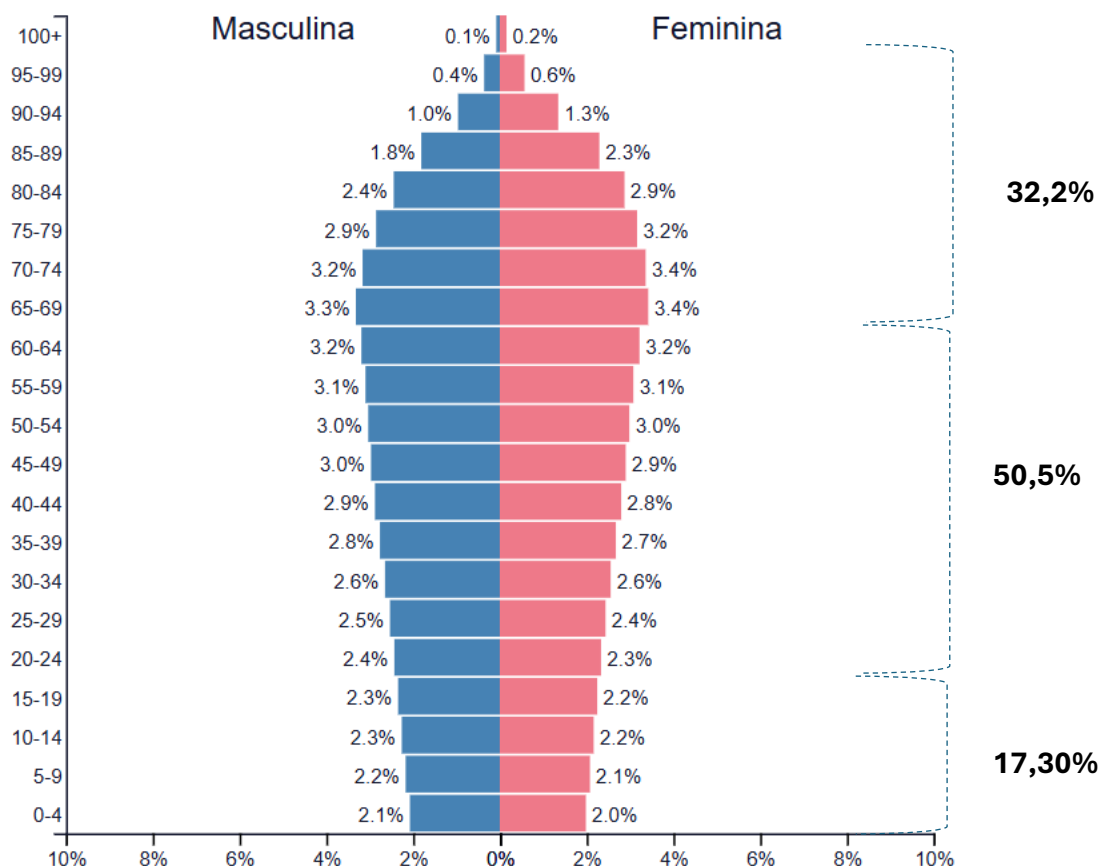


Fonte: <https://www.populationpyramid.net/pt/brasil/2055/>. Com adaptações pelos autores

Na projeção, em 2055 ainda haverá expressiva população na faixa economicamente ativa (56% entre 20 e 64 anos). Mas a população fora da faixa etária de 20 a 64 anos passa a concentrar-se majoritariamente acima dos 65 anos (com 24,7%), muito superior à população de até 19 anos (19,3%).

Para encerrar o recorte temporal dos dados para a presente análise, o Gráfico 5 ilustra a projeção da distribuição etária da população brasileira para o ano de 2085, o que mostra a continuidade desse fenômeno:

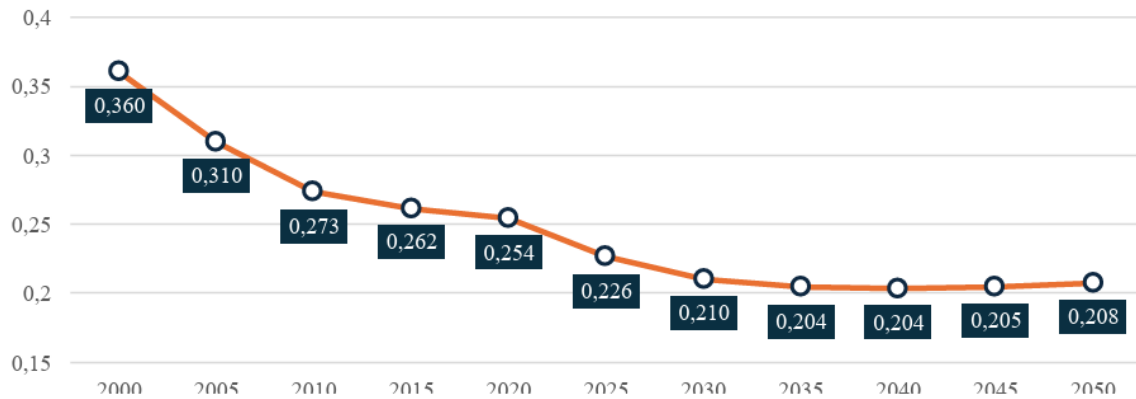
Gráfico 5: Projeção da distribuição etária da população brasileira em 2085



Em 2085, metade da população estará na faixa economicamente ativa (20 a 64 anos), enquanto as pessoas acima dos 65 anos serão um terço da população (32,2%), um movimento que tende a perdurar, se confirmadas as expectativas de vida da população brasileira. A faixa etária de até 19 anos representará menos de 20% da população.

A fim de fomentarmos o pensamento futuro, registramos ainda que os dados indicam que haverá relativa estabilização de filhos por adulto, como pode ser observado no Gráfico 6, que trata da razão criança – mulher no período de 2000 a 2050.

Gráfico 6: Relação criança-mulher no período de 2000 a 2050

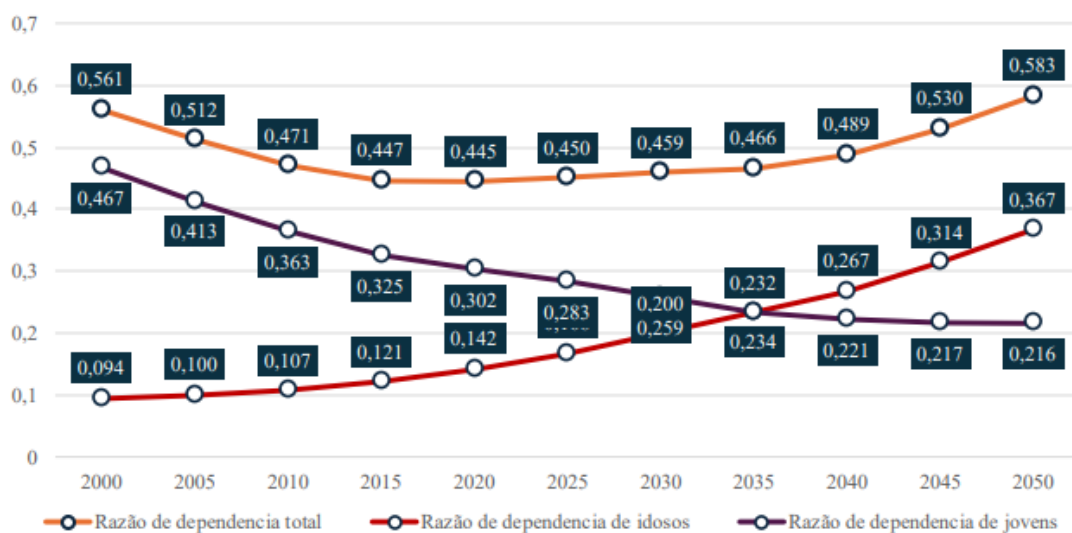


Fonte: Brasil (2025, p. 38)

Ainda assim, não há reversão da tendência, razão pela qual o desenho populacional seguirá mais afinado na base do que na parte intermediária, com progressiva ampliação da parcela da população com 65 anos ou mais.

Nesse estudo, embora tenhamos optado por apresentar as imagens de distribuição populacional a cada intervalo de 30 anos, para alcançarmos a abrangência temporal necessária, análises similares estão presentes em dados de outras fontes. Em documento governamental, elaborado com dados do IBGE, são apontados os indicadores de Razão de Dependência de Adultos, Jovens e total.

Gráfico 7: Razão de Dependência de adultos, jovens e total no Brasil



Fonte: Brasil (2025)

Nota-se que o menor patamar da razão de dependência foi alcançado em 2020, mantendo-se até 2025 os quatro menores valores da série histórica. Apesar de os períodos de ápice já estarem ficando para trás, estamos ainda em período favorável ao investimento em Educação Básica. Porém, este período dura

pouco: em 2050 será alcançada a maior Razão de Dependência total do século XXI, fazendo que se torne extremamente oneroso o pagamento de dívidas que a atual geração vai deixar em aberto.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para fins de análise dos dados de forma a sintetizar o que a sequência de gráficos já sinalizou, concebemos e adotamos dois indicadores de referência. O primeiro é o indicador de Esforço da População Ativa (EPA). Com ele, fazemos a razão entre a soma das pessoas com até 19 anos e 65 anos ou mais pelas pessoas com idade entre 20 e 64. Podemos dizer que ele representa quantas pessoas precisam ser custeadas por cada pessoa da faixa de 20 a 64 anos. É uma variação da razão de dependência total, mas que preferimos adotar para evidenciar que se trata diretamente da vida de pessoas, dos esforços que serão exigidos e, portanto, de decisões que precisam ser tomadas.

A despeito de o indicador de esforço ser essencial, há uma diferença substancial quando a população dependente está na infância ou na juventude e quando já passou pela fase ativa. Se temos mais crianças e jovens, as perspectivas futuras são mais animadoras do que quando temos a população mais envelhecida. Por isso, chamamos o segundo indicador de Perspectiva Futura (PF), calculado pela divisão da população de até 19 anos pelo restante da população (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores de Esforço da População Ativa (EPA) e de Perspectiva Futura (PF), de 1965 a 2085

Ano	0 a 19 anos	20 a 64 anos	65 anos ou mais	Esforço da População Ativa (EPA*)	Perspectiva Futura (PF**)
1965	54,3%	42,9%	2,7%	1,33	1,19
1995	43,1%	52,2%	4,6%	0,91	0,76
2025	26,3%	62,2%	11,5%	0,61	0,36
2055	19,3%	56,0%	24,7%	0,79	0,24
2085	17,3%	50,5%	32,2%	0,98	0,21

*EPA: (pessoas com até 19 anos + pessoas com mais de 65 anos) / pessoas de 20 a 64 anos

**PF: população de até 19 anos / pessoas de 20 anos e mais

Fonte: Elaboração dos autores

Em 1965, tínhamos elevado esforço necessário, mas também elevada perspectiva futura. Trata-se da combinação em que a menor parte da população está na faixa etária de 20 a 64 anos, com grande concentração até 19 anos. Portanto, havia muitas pessoas dependentes, mas boas perspectivas à frente, pois

havia muitos jovens a ingressar no mercado de trabalho. Caso levemos em conta que em tal época a juventude começava a trabalhar mais cedo e a expectativa de vida era menor, o cenário se torna ainda mais brando para o financiamento de políticas públicas.

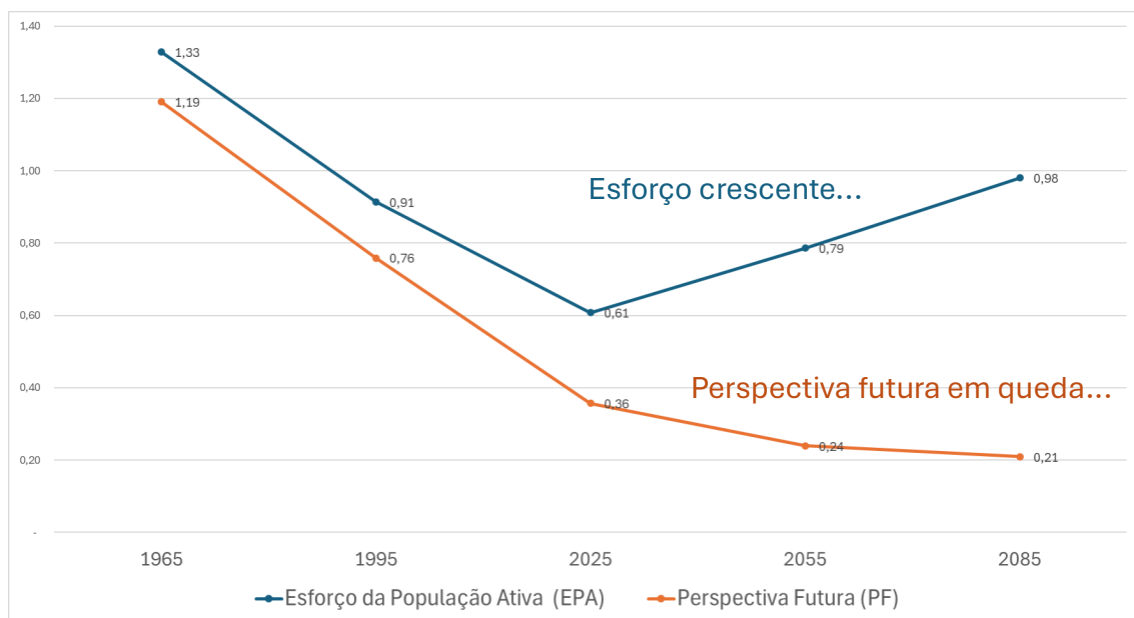
Portanto, o período que sucede 1965 caracteriza um período onde avanços substanciais na educação trariam benefícios de alto impacto no desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se, também, de um período no qual, à revelia do cenário, se manteve a educação como privilégio.

Em 1995, o esforço necessário reduz substancialmente, já como efeito do estreitamento da pirâmide etária – os adultos passam a ter menos filhos. Com isso, o esforço é baixo (EPA = 0,91), mas a Perspectiva Futura cai (PF = 0,76). Nos marcos analisados, esse fenômeno tem seu ápice em 2025, quando, por um lado, a necessidade de esforço chega a nível baixo (EPA = 0,61), porém a Perspectiva Futura alcança patamar alarmante (PF = 0,36). Além disso, a população acima de 65 anos cresce de modo expressivo, o que se projeta continuamente para as próximas décadas.

Neste cenário, é preciso reconhecer a evidente necessidade de um ponto de virada: estamos em um escasso período em que as pessoas que estão economicamente ativas superam substancialmente as que não estão. Em outras palavras: há muitos em meia idade para garantir serviços públicos para um número reduzido de crianças e jovens e um número ainda pequeno de idosos.

No Gráfico 6, apresentamos a linha do tempo dos indicadores EPA e PF.

Gráfico 6: Distribuição etária da população brasileira em 2025



Fonte. Elaborado pelos autores

É importante reparar que a perspectiva futura já caiu muito e, ainda que desacelere, não há indicativos de que venha a retomar um crescimento significativo. A necessidade de esforço, que também teve abrupta queda, volta a crescer de forma acentuada.

É por esse crescimento do esforço que alguns argumentam que o momento requer redução de investimentos em educação: não querem, nem individual nem coletivamente, dedicar esforços em prol do futuro dos brasileiros e brasileiras. Além disso, argumentam como se toda a população economicamente ativa tivesse alcançando um ótimo nível de escolarização e tivéssemos vivido tempo de grandes esforços realizados, o que nunca chegou a acontecer em medida minimamente suficiente. O que houve foi um tímido crescimento dos investimentos em educação no período em que esse esforço era pouco oneroso.

Como já apontado, nossa metodologia é argumentativa e não quantitativa. Argumentos exigem posicionamentos. E para que estes argumentos sejam compreendidos é preciso que sejam significativos. Assim, neste momento convidamos o leitor à postura ativa e responsável, ao pensar em uma criança nascida no ano de 2025. Em seus primeiros anos de vida, este bebê ainda não pensa no seu futuro de forma sistemática; já os adultos por ele responsáveis deveriam pensar no futuro de ambos. Em 2025, temos um dos mais baixos patamares da história quanto ao esforço a ser empreendido por cada adulto em idade economicamente ativa para prover políticas públicas para crianças, jovens e idosos.

Cabe prospectar a situação da criança que nasce em 2025 quando ela tiver 30 anos. Em 2055, o percentual da população entre 20 e 64 anos cai mais de 5 pontos percentuais em relação a 2025. Nesse mesmo período, a faixa etária até 19 anos cai 7 pontos percentuais, e a população com 65 anos ou mais torna-se mais do que o dobro (aumento de mais de 13 p.p.).

A criança nascida em 2025 estará ainda ativa economicamente em 2085. Quando completar 60 anos, a população entre 20 e 64 anos representará 50,5% dos brasileiros. A parcela de brasileiros com 19 anos ou menos será próxima de 17,3%, e a população acima de 65 anos em torno de 32,2%. Neste ponto, passaremos a ter a metade da população precisando movimentar a economia de forma a prover condições para 100% da população. Quando isso ocorrer, não haverá condições de fortalecer o financiamento da Educação; ao contrário, será preciso recuar.

Porém, este recuo não cabe em 2025, 2030 ou 2035, pois se quem nasceu em 2025 não receber educação de qualidade muito superior à que tem sido garantida até então, **ela será duplamente penalizada**: verá seu direito à educação sendo negado, mesmo com a necessidade atual de esforço sendo relativamente

pequena; e, sem ter recebido uma educação condizente com o desafio, terá que encontrar soluções para não deixar que caiam no desamparo aquelas e aqueles que não estarão ativos, por já serem idosos ou por ainda serem crianças ou adolescentes.

Quanto à geração que, entre 2025 e 2035, está ativa economicamente – entre 20 e 64 anos –, que também compreende os decisores atuais –, restam algumas opções: i) trabalhar até a morte, para não sobrecarregar a geração seguinte (o que não retirará sua demanda por políticas públicas); ii) ter vida mais curta do que a expectativa projetada, para não demandar políticas públicas de atenção à terceira idade; ou iii) investir fortemente em educação de qualidade, para todos os jovens e crianças, especialmente aos nascidos a partir de 2020.

3. CAMINHOS POSSÍVEIS

Se o Brasil quiser evitar um colapso econômico e social nas próximas décadas, a principal estratégia é acelerar o ritmo de melhoria da educação pública brasileira. Os avanços conquistados até o momento são insuficientes para viabilizar que um bebê nascido em 2025 (EPA = 0,61) faça, até os seus 60 anos (EPA = 0,98), um esforço 60,6% maior do que é exigido na década de 2020 para garantir direitos à população jovem e à população idosa. Especialmente ao considerar a perspectiva futura de 2025 (PF = 0,36), reduzindo em 41,7% até 2085 (PF = 0,21).

O Estudo Estratégico sobre as perspectivas demográficas para o Brasil no horizonte 2050 (Brasil, 2025) traz relevantes apontamentos:

Aceitando-se a hipótese de uma evolução linear, o Brasil atingirá uma média de 11,5 anos de estudo para uma coorte de ingressantes em 2030. Os doze anos de estudos só serão alcançados pela coorte de 2039, cujos alunos só concluirão o ensino médio em 2051. (Brasil, 2025)

Neste ponto, tem-se um elemento chave: não se pode admitir a hipótese de evolução linear: é imprescindível um ponto de virada, que priorize efetivamente e acelere substancialmente o processo de ampliação e qualificação do atendimento educacional no Brasil.

Os bebês que nasceram em 2025 já não têm seu direito de acesso à creche garantido. Segundo o Censo Escolar 2025, na faixa etária adequada à creche (até 3 anos de idade), o atendimento escolar foi de pouco mais de 40%. No Ensino Fundamental e Médio, há os desafios da permanência e conclusão com qualidade. Resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) mostram que a juventude brasileira tem resultados inferiores à média global, tanto em matemática, quanto em leitura e ciência. Além disso, os estudantes de menor nível socioeconômico encontram diversas barreiras para acessar uma educação de

qualidade. Por exemplo, dos 2,3 milhões de discentes sem infraestrutura mínima, 86% são pretos, pardos ou indígenas. Embora tais resultados sejam amplamente conhecidos, esse alerta precisa ser transformado em prioridade, e medidas contundentes precisam ser efetivadas:

i) estabelecer a remuneração mínima do magistério em patamar equivalente ao de carreiras do mais elevado prestígio social, sobretudo para estimular o interesse pela carreira docente;

ii) no mínimo, triplicar o valor dos programas de assistência suplementar, com especial ênfase na Alimentação Escolar, garantindo que nenhuma criança ou jovem tenha seu desenvolvimento limitado por não estar devidamente nutrida;

iii) priorizar, nas universidades públicas, a manutenção da formação teórica, mas acrescentando ao currículo mecanismos de aproximação teoria-prática para os novos docentes e, paralelamente, promover formação continuada de alta qualidade para os professores em atuação em todo o Brasil;

iv) duplicar as vagas em creches, a fim de contribuir para a formação integral desde a primeira infância;

v) adotar o princípio da inadmissibilidade do abandono e da evasão escolar, com corresponsabilização do Estado e das famílias para o Ensino Fundamental e Médio;

vi) priorizar, ampliando e fortalecendo, as políticas de redução de desigualdades educacionais.

A redução populacional trará, sim, a necessidade de redimensionar e reorganizar a Educação. Porém, não há indícios de que haverá espaço para minimizar a infraestrutura educacional, ou de profissionais atuando neste campo. Ao contrário, a redução populacional precisa ser vista como um fator viabilizador para ampliar e equalizar as oportunidades educacionais. Com a diminuição do número de estudantes, poderá ser possível, entre outras medidas:

- a) extinguir a superlotação de salas, garantindo uma adequada relação aluno-professor, contribuindo para melhorar a educação;
- b) ampliar o atendimento educacional em tempo integral, a fim de oportunizar a Educação Integral;
- c) garantir a universalização da Pré-Escola e ampliar a cobertura de creches;
- d) universalizar o Ensino Médio, garantindo que toda a população brasileira nascida neste século tenha ao menos a Educação Básica concluída.

Fica evidente que, considerando os desafios ainda presentes na Educação Básica e as projeções, defender a redução de investimentos em educação no Brasil é tecnicamente incorreto e socialmente irresponsável. Por outro lado, evidencia-se também que o investimento imediato e intensivo em educação, desde a primeira infância e garantindo, no mínimo, a conclusão da Educação Básica por todos os brasileiros é mais do que uma decisão correta: é uma obstinação necessária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, revisitando dados e premissas consolidadas, concluímos que as decisões nas políticas educacionais no Brasil têm o potencial de definir a qualidade de vida e as condições do País quando as crianças nascidas na década de 2020 estiverem na meia idade e quando os que estão na meia idade em 2025 forem idosos.

O que o desenho etário brasileiro nos ensina é que os próximos anos requerem investimentos intensivos em educação, desde a Educação Infantil. Do contrário, cada criança nascida em 2025 ou anos próximos pagará o preço duas vezes: por negarmos a ela um direito, e por logo à frente recair sobre ela a obrigação de garantir condições à população dependente, que será a maioria.

O movimento etário não sinaliza que possamos, ao menos na próxima década, reduzir recursos para a educação. Ao contrário, ressalta-se que estamos vivendo uma das últimas oportunidades de garantir condições mínimas nos próximos 30 anos.

O Brasil não será sustentável se a próxima geração não for muito mais qualificada do que a atual. As decisões de agora definirão se teremos alguma condição de subsistência digna ou se ficaremos à mercê do colapso, conhecido e não evitado pela geração adulta em 2025. Os prejuízos futuros serão econômica e humanamente mais onerosos do que ampliar o investimento em educação neste momento.

A elite do atraso de que nos fala Jessé Souza (2017) é, sobretudo, focada no atraso alheio. E o brado de que o desenho etário da população brasileira é argumento para reduzir os investimentos em educação é uma prova inequívoca dessa tentativa de atrasar uma geração inteira. As decisões de agora, entre outras coisas, ensinarão à história sobre como tratamos àqueles que dependem de nós. Assim, vislumbramos a tendência de que a geração que agora se forma dedique-nos o mesmo cuidado que dedicamos a ela: nem menos, nem mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição demográfica, transição da estrutura etária e envelhecimento. **Revista portal de divulgação**, n. 40, 2014.

BID. **Nota Técnica**: O círculo vicioso da desigualdade racial na educação do Brasil. 2025

BRASIL. **Estudo Estratégico sobre as perspectivas demográficas para o Brasil no horizonte 2050**. Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. 1. ed. Brasília: Subsecretaria de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial/Seplan/MPO, 2025. 228 p.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. Educação e envelhecimento. **Educação e Realidade**, v. 40, n. 1, p. 09-15, 2015.

HECKMAN, James J.; MOON, Seong Hyeok; PINTO, Rodrigo; Savelyev, Peter A.; YAVITZ, Adam. . **The Rate of Return to the High/Scope Perry Preschool Program**. NBER Working Paper 15471, nov.2009. <https://doi.org/10.3386/w15471>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

SCHWEINHART, Lawrence J. *et al.* **Lifetime Effects**: The HighScope Perry Preschool Study Through Age 40. Ypsilanti, MI: HighScope Press, 2005.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Contribuição de autoria:

Valdoir Pedro Wathier (Conceptualization, Methodology, Writing – original draft)

<https://orcid.org/0000-0003-4651-0105>

Michele Lessa de Oliveira (Investigation, Writing – review & editing),

<https://orcid.org/0000-0003-3939-1638>

Rita de Cassia de Freitas Coelho (Supervision, Writing – review & editing),

<https://orcid.org/0000-0002-8347-7538>

Conflito de interesses:

O presente trabalho não contém quaisquer elementos que possam configurar conflito de interesses, tendo sido adotados todos os preceitos éticos da pesquisa.

Declaração de Dados:

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito, com indicação das fontes. Foram utilizados dados secundários e públicos.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.